



Presidente da Primeira Câmara Criminal do E. Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

Bela. LARISSA SALES SACRAMENTO
Coordenadora da 1ª Câmara Criminal
Matrícula 51444 TJCE

ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
SECRETARIA DA 1ª CÂMARA CRIMINAL
Telefone: (85) 98238.9722 (whatsapp. Inativo para ligações)
E-mail: camcrim1@tjce.jus.br

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA N.º 36 DA PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL, EM 8 DE OUTUBRO DE 2024.

PRESIDÊNCIA: O Exmo Sr. Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO

COORDENADORA: Bela. Larissa de Sales Sacramento

PRESENTE: O Exmo Sr. Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO, a Exma. Sra. Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES, o Exmo Sr. Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA e a Exma Sra. Des. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA, bem como o Exmo. Sr. Dr. Alcides Jorge Evangelista e o Exmo. Sr. Dr. José Maurício Carneiro - Procuradores de Justiça do Estado do Ceará. Presente ainda a Exma. Sra. Dra. Aline Lima de Paula Miranda – Defensora Pública Estadual. Ausente a Exma. Sra. Des. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA por se encontrar em gozo de férias. Após os cumprimentos de estilo, foi aberta a sessão às 14h00min, e, em seguida, aprovada, por unanimidade a Ata da Sessão Ordinária N.º 35 do dia 1º de outubro de 2024.

- JULGAMENTOS -

01 - Habeas Corpus Criminal N.º 0633486-45.2024.8.06.0000 - 4ª Vara Criminal da Comarca de Sobral

Impetrante: José Edvar do Nascimento Filho

Paciente: Bleno do Nascimento Marques

Advogado: José Edvar do Nascimento Filho

Impetrado: Juiz de Direito da 4ª Vara Criminal da Comarca de Sobral

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO

Decisão: “A Câmara, por unanimidade, NÃO CONHECEU do *writ*, nos termos do voto do Relator”.

02 - Habeas Corpus Criminal N.º 0634067-60.2024.8.06.0000 - 11ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza

Impetrante: Defensoria Pública do Estado do Ceará

Paciente: Leonardo dos Santos Silva

Impetrado: Juiz de Direito da 11ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO

Decisão: “A Câmara, por unanimidade, CONHECEU do *writ*, mas DENEGOU a ordem, nos termos do voto do Relator”.

03 - Habeas Corpus Criminal N.º 0634434-84.2024.8.06.0000 - Vara Única da Comarca de Mulungu

Impetrante: Francisco Everardo de Oliveira Nobre

Impetrante: Isabela Lima Nobre

Paciente: Francisco Renan Martins dos Santos

Advogado: Francisco Everardo de Oliveira Nobre

Advogado: Isabela Lima Nobre

Impetrado: Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Mulungu

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO

Decisão: “A Câmara, por unanimidade, conheceu do presente *habeas corpus*, para conceder a ordem, aplicando-se as medidas cautelares elencadas no art. 319, incisos I, IV, e IX do Código de Processo Penal, se por outro motivo não estiver preso. Expeça-se e cumpra-se o alvará de soltura em favor de Francisco Renan Martins dos Santos, na forma e no prazo do art. 6º, § 1º, da Resolução nº 417/2021 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com o devido registro no Banco Nacional de Monitoramento de Prisões (#BNMP), pondo-o em liberdade se por outro motivo não estiver preso. Ressalte-se que caso o magistrado singular não tenha cadastrado o mandado de prisão referente ao presente processo no #BNMP, deverá assim proceder, nos termos do voto do Relator”.

04 - Habeas Corpus Criminal N.º 0634585-50.2024.8.06.0000 - Vara Única da Comarca de Iracema

Impetrante: Fernando Antônio Holanda Pinheiro

Paciente: Evanildo Gomes da Silva

Advogado: Fernando Antônio Holanda Pinheiro

Impetrado: Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Iracema

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO

Decisão: “A Câmara, por unanimidade, CONHECEU do *writ*, para DENEGAR A ORDEM, nos termos do voto do Relator”.

05 - Habeas Corpus Criminal N.º 0634731-91.2024.8.06.0000 - 4º Núcleo Regional de Custódia e de Inquérito - Sede em Caucaia

Impetrante: Artur Frota Monteiro Júnior

Paciente: Bruno Silva Teixeira

Advogado: Artur Frota Monteiro Júnior

Impetrado: Juiz de Direito do 4º Núcleo Regional de Custódia e de Inquérito - Sede em Caucaia

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO

Decisão: “A Câmara, por unanimidade, CONHECEU deste *habeas corpus*, mas para INDEFERIR a ordem, nos termos do



voto do Relator".

06 - Habeas Corpus Criminal N.º 0634754-37.2024.8.06.0000 - 1ª Vara de Execução Penal da Comarca de Fortaleza

Impetrante: José Amílton Soares Cavalcante

Paciente: Aroldo Vieira de Abreu

Advogado: José Amílton Soares Cavalcante

Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara de Execução Penal da Comarca de Fortaleza

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO

Decisão: "A Câmara, por unanimidade, NÃO CONHECEU do *writ*, nos termos do voto do Relator".

07 - Habeas Corpus Criminal N.º 0634784-72.2024.8.06.0000 - 3ª Vara Criminal da Comarca de Sobral

Impetrante: Diego Freire Prado

Paciente: Lucas Emanuel Dias Cavalcante

Advogado: Diego Freire Prado

Impetrado: Juiz de Direito da 3ª Vara Criminal da Comarca de Sobral

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO

Decisão: "A Câmara, por unanimidade, CONHECEU do *writ*, mas DENEGOU a ordem, nos termos do voto do Relator".

08 - Habeas Corpus Criminal N.º 0635115-54.2024.8.06.0000 - Vara Única da Comarca de Paracuru

Impetrante: Adriana Maria de Oliveira Martins

Paciente: Antônio Ronald Alves da Silva

Advogada: Adriana Maria de Oliveira Martins

Impetrado: Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Paracuru

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO

Decisão: "A Câmara, por unanimidade, NÃO CONHECEU do presente *writ*, nos termos do voto do Relator".

09 - Habeas Corpus Criminal N.º 0632604-83.2024.8.06.0000 - 3ª Vara de Delitos de Tráfico de Drogas da Comarca de

Fortaleza

Impetrante: Maria Goreth Silva Ferreira

Paciente: Yuri Wesley Freitas Monteiro

Advogada: Maria Goreth Silva Ferreira

Impetrado: Juiz de Direito da 3ª Vara de Delitos de Tráfico de Drogas da Comarca de Fortaleza

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relatora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES

Decisão: "A Câmara, por unanimidade, conheceu da ordem de *habeas corpus*, para denegar-lhe provimento, nos termos do voto da Relatora".

10 - Habeas Corpus Criminal N.º 0634059-83.2024.8.06.0000 - Vara Única Criminal da Comarca de Crateús

Impetrante: Defensoria Pública do Estado do Ceará

Paciente: Robério Moreira Soares

Impetrado: Juiz de Direito da Vara Única Criminal da Comarca de Crateús

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relatora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES

Decisão: "A Câmara, por unanimidade, não conheceu do presente *habeas corpus*, nos termos do voto da Relatora".

11 - Habeas Corpus Criminal N.º 0634117-86.2024.8.06.0000 - Vara de Delitos de Organizações Criminosas da Comarca

de Fortaleza

Impetrante: Bruna Martins Pedrosa da Silva

Paciente: Renan de Oliveira Ângelos

Advogada: Bruna Martins Pedrosa da Silva

Impetrado: Juiz de Direito da Vara de Delitos de Organizações Criminosas da Comarca de Fortaleza

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relatora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES

Decisão: "A Câmara, por unanimidade, conheceu do presente *mandamus*, para denegar a ordem, nos termos do voto da Relatora".

12 - Habeas Corpus Criminal N.º 0634291-95.2024.8.06.0000 - 2ª Vara Criminal da Comarca de Crato

Impetrante: Lucas Teófilo Lima Cruz Farias Cavalcante

Paciente: Cícera Evani Ferreira

Advogado: Lucas Teófilo Lima Cruz Farias Cavalcante

Impetrado: Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Crato

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relatora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES

Decisão: "A Câmara, por unanimidade, não conheceu do presente *mandamus*, nos termos do voto da Relatora".

13 - Habeas Corpus Criminal N.º 0635247-14.2024.8.06.0000 - 1ª Vara Criminal da Comarca de Quixadá

Impetrante: Defensoria Pública do Estado do Ceará

Paciente: Antônio Nicácio Pereira de Sousa

Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Quixadá

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relatora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES

Decisão: "A Câmara, por unanimidade, denegou a ordem impetrada, nos termos do voto da Relatora".

14 - Habeas Corpus Criminal N.º 0634101-35.2024.8.06.0000 - 2ª Vara de Execução Penal da Comarca de Fortaleza

Impetrante: Danniel Francisco de Almeida Ferreira

Paciente: Francisco Pedro Barreto Freitas

Advogado: Danniel Francisco de Almeida Ferreira

Impetrado: Juiz de Direito da 2ª Vara de Execução Penal da Comarca de Fortaleza

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relator: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA



Decisão: “A Turma, por unanimidade, não conheceu do *writ*, nos termos do voto do Relator”.

15 - Habeas Corpus Criminal N.º 0634127-33.2024.8.06.0000 - Vara de Delitos de Organizações Criminosas da Comarca de Fortaleza

Impetrante: Lara Pereira Gomes Santos

Paciente: Rafael de Oliveira Adriano

Advogada: Lara Pereira Gomes Santos

Impetrado: Juiz de Direito da Vara de Delitos de Organizações Criminosas da Comarca de Fortaleza

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relator: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu parcialmente da presente ordem de *Habeas Corpus*, para, na parte conhecida, denegar-lhe, nos termos do voto do Relator”.

16 - Habeas Corpus Criminal N.º 0634556-97.2024.8.06.0000 - 2ª Vara Criminal da Comarca de Juazeiro do Norte

Impetrante: José de Alencar Lopes Vidal Gondim

Impetrante: Gilmara de Almeida Tayama

Paciente: E. A. V.

Advogado: José de Alencar Lopes Vidal Gondim

Advogada: Gilmara de Almeida Tayama

Impetrado: Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Juazeiro do Norte

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relator: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, não conheceu da presente ordem de *habeas corpus*, nos termos do voto do Relator”.

17 - Habeas Corpus Criminal N.º 0634689-42.2024.8.06.0000 - 1ª Vara Criminal da Comarca de Maracanaú

Impetrante: Manoel Abílio Lopes

Paciente: Paulo Alessandro Ferreira Portela

Advogado: Manoel Abílio Lopes

Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Maracanaú

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relator: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, CONHECEU da ordem impetrada, para DENEGÁ-LA, nos termos do voto do Relator”.

18 - Habeas Corpus Criminal N.º 0634802-93.2024.8.06.0000 - 6ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza

Impetrante: Defensoria Pública do Estado do Ceará

Paciente: Lucas de Lima Alves

Impetrado: Juiz de Direito da 6ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relator: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, CONHECEU da presente impetração, mas para DENEGÁ-LA, nos termos do voto do Relator”.

19 - Habeas Corpus Criminal N.º 0634872-13.2024.8.06.0000 - 4º Núcleo Regional de Custódia e de Inquérito - Sede em Caucaia

Impetrante: Laiane Mariele da Silva Freire

Paciente: Carlos Andrey Saraiva

Advogada: Laiane Mariele da Silva Freire

Impetrado: Juiz de Direito do 4º Núcleo Regional de Custódia e de Inquérito - Sede em Caucaia

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relator: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, CONHECEU da presente impetração, mas para DENEGÁ-LA. Recomenda-se ao magistrado de origem que encaminhe os autos de origem, com a urgência que o caso requer ao Ministério Público, para o exercício do controle externo da atividade policial (art. 129, inciso VII, da CF/88), nos termos do voto do Relator”.

20 - Habeas Corpus Criminal N.º 0634904-18.2024.8.06.0000 - Vara Única da Comarca de Tabuleiro do Norte

Impetrante: João Saldanha da Silva

Paciente: Francisco de Assis de Melo Moura

Advogado: João Saldanha da Silva

Impetrado: Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Tabuleiro do Norte

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relator: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, CONHECEU da presente impetração, mas para DENEGÁ-LA, Por oportuno, recomendou-se ao magistrado de origem que aponte data, a mais breve possível, para a continuação da Audiência de Instrução de Julgamento, a fim de que o feito alcance o encerramento da instrução criminal, nos termos do voto do Relator”.

21 - Habeas Corpus Criminal N.º 0634991-71.2024.8.06.0000 - 8ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza

Impetrante: Aniele Roldino Pereira

Impetrante: Emanuela Bento de Oliveira

Paciente: Pedro Gabriel Freitas da Silva

Advogada: Aniele Roldino Pereira

Advogado: Emanuela Bento de Oliveira

Impetrado: Juiz de Direito da 8ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relator: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, CONHECEU da presente impetração, mas para DENEGÁ-LA, mantendo-se a determinação da prisão cautelar do paciente, nos termos do voto do Relator”.

22 - Habeas Corpus Criminal N.º 0635160-58.2024.8.06.0000 - Vara Única Criminal da Comarca de Crateús

Impetrante: Defensoria Pública do Estado do Ceará

Paciente: D. S. M.

Impetrado: Juiz de Direito da Vara Única Criminal da Comarca de Crateús

Custos legis: Ministério Público Estadual



Relator: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, CONHECEU da ordem impetrada, para DENEGÁ-LA, mantendo a determinação da prisão cautelar do paciente, nos termos do voto do Relator”.

23 - Habeas Corpus Criminal N.º 0635162-28.2024.8.06.0000 - 8ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza

Impetrante: Evanildo da Silva Bernardino

Paciente: Francisco das Chagas Alves de Araújo

Advogado: Evanildo da Silva Bernardino

Impetrado: Juiz de Direito da 8ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relator: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, CONHECEU PARCIALMENTE da presente impetração, mas para DENEGÁ-LA, na parte cognoscível, mantendo a determinação da prisão cautelar do paciente, nos termos do voto do Relator”.

24 - Habeas Corpus Criminal N.º 0635262-80.2024.8.06.0000 - 3ª Vara Criminal da Comarca de Juazeiro do Norte

Impetrante: Francisca Evelyne Viviane Ramalho Farias

Paciente: Renato Rodrigues de Farias

Paciente: Paulo Henrique de Souza Teles

Advogada: Francisca Evelyne Viviane Ramalho Farias

Impetrado: Juiz de Direito da 3ª Vara Criminal da Comarca de Juazeiro do Norte

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relator: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, CONHECEU da ordem impetrada, para CONCEDÊ-LA, determinando a revogação da medida cautelar de monitoramento eletrônico, nos termos do voto do Relator”.

25 - Habeas Corpus Criminal N.º 0632984-09.2024.8.06.0000 - 4ª Vara de Delitos de Tráfico de Drogas da Comarca de Fortaleza

Impetrante: Defensoria Pública do Estado do Ceará

Paciente: Vitoria Araújo Costa

Impetrado: Juiz de Direito da 4ª Vara de Delitos de Tráfico de Drogas da Comarca de Fortaleza

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relatora: Des. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu parcialmente do *writ* para, na extensão cognoscível, DENEGAR a ordem requestada, mantendo a prisão cautelar da paciente, nos termos do voto da Relatora.”

26 - Habeas Corpus Criminal N.º 0633135-72.2024.8.06.0000 - 2º Núcleo Regional de Custódia e de Inquérito - Sede em Iguatu

Impetrante: Defensoria Pública do Estado do Ceará

Paciente: Roberto Carlos dos Santos

Impetrado: Juiz de Direito 2º Núcleo Regional de Custódia e de Inquérito - Sede em Iguatu

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relatora: Des. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, NÃO CONHECEU do presente Habeas Corpus, nos termos do voto da Relatora.”

27 - Habeas Corpus Criminal N.º 0634051-09.2024.8.06.0000 - 2ª Vara de Execução Penal da Comarca de Fortaleza

Impetrante: Leandro Gomes da Silva

Paciente: Ricardo Leite Capistrano

Impetrado: Juiz de Direito da 2ª Vara de Execução Penal da Comarca de Fortaleza

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relatora: Des. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, NÃO CONHECEU do *writ* impetrado, nos termos do voto da Relatora.”

28 - Habeas Corpus Criminal N.º 0634086-66.2024.8.06.0000 - 1ª Vara da Comarca de Solonópole

Impetrante: Pedro Henrique da Silva

Paciente: Luiz Gonzaga Neto

Advogado: Pedro Henrique da Silva

Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de Solonópole

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relatora: Des. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, NÃO CONHECEU do *writ* impetrado, nos termos do voto da Relatora.”

29 - Habeas Corpus Criminal N.º 0634123-93.2024.8.06.0000 - 8ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza

Impetrante: Renan Veras Parente

Impetrante: Renato Veras Parente

Paciente: João Pedro Vicente Almeida

Advogado: Renan Veras Parente

Advogado: Renato Veras Parente

Impetrado: Juiz de Direito da 8ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relatora: Des. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do *writ* para DENEGAR a ordem requestada, mantendo a prisão cautelar do paciente, nos termos do voto da Relatora.”

30 - Habeas Corpus Criminal N.º 0634742-23.2024.8.06.0000 - 4º Núcleo Regional de Custódia e de Inquérito - Sede em Caucaia

Impetrante: Anna Virgínia Pereira Lemos de Freitas

Paciente: Reges Taffarel da Silva Brito

Advogada: Anna Virgínia Pereira Lemos de Freitas

Impetrado: Juiz de Direito do 4º Núcleo Regional de Custódia e de Inquérito - Sede em Caucaia

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relatora: Des. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu parcialmente do *writ* para, na extensão cognoscível, DENEGAR a ordem



requetada, mantendo a prisão cautelar do paciente, nos termos do voto da Relatora.”

31 - Conflito de Jurisdição N.º 0001109-70.2024.8.06.0000 - 2º Juizado Especial da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Fortaleza

Suscitante: Juiz de Direito do 2º Juizado Especial da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Fortaleza

Suscitado: Juiz de Direito da 16ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza

Indiciado: M. C. B. N.

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO

Decisão: “A Câmara, por unanimidade, CONHECEU e DECLAROU A COMPETÊNCIA DO JUÍZO SUSCITANTE - 2º Juizado da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Fortaleza – para o processamento do inquérito policial autuado sob o nº 0201213-63.2024.8.06.0296, deixando de vislumbrar razões para que o feito em questão tramite no Juízo da 16ª Vara Criminal daquela circunscrição, ora juízo suscitado, nos termos do voto do Relator”.

32 - Conflito de Jurisdição N.º 0000885-35.2024.8.06.0000 - Vara Única Criminal da Comarca de Aquiraz

Suscitante: Juiz de Direito da Vara Única Criminal da Comarca de Aquiraz

Suscitado: Juiz de Direito da 3ª Vara de Execução Penal da Comarca de Fortaleza

Terceiro: Antônio Domingos Sabino Mota

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relatora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES

Decisão: “A Câmara, por unanimidade, conheceu do conflito para declarar competente o Juízo da 3ª Vara de Execuções Penais de Fortaleza, o Suscitado, nos termos do voto da Relatora”.

33 - Conflito de Jurisdição N.º 0001055-07.2024.8.06.0000 - 1º Juizado Especial da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Fortaleza

Suscitante: Juiz de Direito do 1º Juizado Especial da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Fortaleza

Suscitado: Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza

Terceiro: A. R. F.

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relator: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, NÃO CONHECEU do conflito de jurisdição em análise, nos termos do voto do Relator”.

34 - Embargos de Declaração Criminal N.º 0002434-72.2019.8.06.0027/50000 - 1ª Vara da Comarca de Redenção

Embargante: Igor Dantas de Sena

Defensor dativo: José Ribamar Júnior

Embargado: Ministério Público do Estado do Ceará

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO

Decisão: “A Câmara, por unanimidade, CONHECEU e DEU PROVIMENTO ao recurso, sanando a omissão existente no acórdão e fixando a quantia de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) a título de honorários integrativos em favor do defensor dativo, nos termos do voto do Relator”.

35 - Embargos de Declaração Criminal N.º 0051941-78.2021.8.06.0173/50000 - Vara Única Criminal da Comarca de Tianguá

Embargante: Benedito Sousa Santos

Advogada: Jamilly Jenny Linhares Moita Júnior

Embargado: Ministério Público do Estado do Ceará

Relatora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES

Decisão: “A Câmara, por unanimidade, votou pelo desprovimento dos aclaratórios, nos termos do voto da Relatora”.

36 - Embargos de Declaração Criminal N.º 0013133-57.2017.8.06.0136/50000 - 1ª Vara da Comarca de Pacajus

Embargante: José Wagner de Lima Girão

Advogado: Fernando Wellington Lima Braga

Embargado: Ministério Público do Estado do Ceará

Relator: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, decidiu diante da ausência de omissão, ou contradição no acórdão, que os embargos opostos não devem ser acolhidos, sendo mantido o resultado do acórdão embargado, nos termos do voto do Relator”.

37 - Embargos de Declaração Criminal N.º 0031186-73.2020.8.06.0171/50000 - 1ª Vara Criminal da Comarca de Tauá

Embargante: G. P. G.

Advogado: Luís Fernando Ferreira Britto

Embargado: Ministério Público do Estado do Ceará

Relator: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu e acolheu os embargos opostos, sendo mantido, contudo, o resultado do acórdão embargado, em todos os seus termos, nos termos do voto do Relator”.

38 - Embargos de Declaração Criminal N.º 0032904-95.2012.8.06.0071/50000 - Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Crato

Embargante: C. B. D.

Advogado: João Paulo Dias Peixoto

Embargado: Ministério Público do Estado do Ceará

Relator: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, diante da ausência de contradição, ou obscuridade no acórdão, os embargos opostos não devem ser acolhidos, sendo mantido o resultado do acórdão embargado, nos termos do voto do Relator”.

39 - Embargos de Declaração Criminal N.º 0050147-25.2020.8.06.0151/50000 - 2ª Vara Criminal da Comarca de Quixadá

Embargante: José Wellington de Oliveira Jacó

Advogado: Francisco Jackson Perigoso de Oliveira

Embargado: Ministério Público Estadual

Relator: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, REJEITOU os embargos declaratórios, por não estar caracterizada qualquer das hipóteses do art. 619, do Código de Processo Penal, nos termos do voto do Relator”.

**40 - Embargos de Declaração Criminal N.º 0205595-24.2023.8.06.0300/50000 - 1ª Vara da Comarca de Redenção**

Apelante: A. G. C. dos S.

Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará

Embargado: Ministério Público do Estado do Ceará

Relator: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA**Decisão:** “A Turma, por unanimidade, conheceu dos presentes Embargos de Declaração, para acolhê-los parcialmente, nos termos do voto do Relator”.**41 - Embargos de Declaração Criminal N.º 0629689-61.2024.8.06.0000/50000 - 1ª Vara da Comarca de Granja**

Embargante: Antônio Nilson do Amaral de Sousa

Advogado: Pedro Henrique da Cunha Frota

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relator: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA**Decisão:** “A Turma, por unanimidade, conheceu e acolheu os Embargos de Declaração opostos, para modificar o Acórdão recorrido, a fim de sanar contradição apontada, corrigindo o equívoco/erro material no primeiro parágrafo da Ementa, que contará com nova redação, na parte final, conforme acima, nos termos do voto do Relator”.**42 - Agravo Interno Criminal N.º 0624360-68.2024.8.06.0000/50000 – Vara Única da Comarca de Ocara**

Agravante: L. M. A. P.

Advogado: Alysson Gleydson Alencar de Meneses

Agravada: A. L. de S.

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relator: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA**Decisão:** “A Turma, por unanimidade, conheceu do Agravo Interno interposto, mas para negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator”.**43 - Embargos de Declaração Criminal N.º 0172740-55.2019.8.06.0001/50000 - 18ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza**

Embargante: Francisco Moreira Garcez

Defensoria Pública do Estado do Ceará

Embargado: Ministério Público do Estado do Ceará

Relatora: Des. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA**Decisão:** “A Turma, por unanimidade, REJEITOU os Embargos de Declaração opostos. Contudo, DE OFÍCIO, aplicou-se o concurso formal de crimes e, conseqüentemente, restou alterada a sanção definitiva do réu Francisco Monteiro Garcez, nos termos do voto da Relatora.”**44 - Recurso em Sentido Estrito N.º 0027398-37.2024.8.06.0001 - 5ª Vara do Júri da Comarca de Fortaleza.**

Recorrente: Luiz André Queiroz da Costa.

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Recorrido: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Des. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA.**Decisão:** “A Turma, por unanimidade, conheceu do recurso, para NEGAR-LHE PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora.”**45 - Apelação Criminal N.º 0000303-18.2019.8.06.0030 - Vara Única da Comarca de Aiuaba.**

Apelante: A. E. R..

Advogado: Antônia Larissa Gomes de Sousa (OAB/CE: 43899).

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Revisora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES.

Decisão: “A Câmara, por unanimidade, votou no sentido de CONHECER o recurso e DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, alterando a fração da continuidade delitiva e redimensionando a pena aplicada, nos termos do voto do Relator.”**46 - Apelação Criminal N.º 0000871-81.2019.8.06.0176 - Vara Única da Comarca de Ubajara.**

Apelante: Leonardo Lima de Araújo.

Advogado: José Amsterdam Gomes Rodrigues (OAB/CE: 4648).

Advogado: Diego de Carvalho Rodrigues (OAB/CE: 19646).

Advogada: Lorena de Carvalho Rodrigues (OAB/CE: 34908).

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Assistente/Ape: Edmilson Alves de Souza.

Assistente/Ape: Maria de Fátima Gomes Pereira.

Advogado: Paulo Roberto Costa Portela (OAB/CE: 36473).

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Revisora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES.

Decisão: “A Câmara, por unanimidade, votou no sentido de CONHECER do recurso para NEGAR-LHE PROVIMENTO, nos termos do voto do Relator.”**47 - Apelação Criminal N.º 0002729-32.2018.8.06.0064 - 4ª Vara Criminal da Comarca de Caucaia.**

Apelante: Francisco Herycles da Rocha Basílio.

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Revisora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES.

Decisão: “A Câmara, por unanimidade, votou no sentido de conhecer o recurso de FRANCISCO HERYCLES DA ROCHA BASÍLIO, para NEGAR PROVIMENTO, mantendo a sentença vergastada incólume, nos termos do voto do Relator.”**48 - Apelação Criminal N.º 0010043-30.2023.8.06.0298 - 4ª Vara Criminal da Comarca de Sobral.**

Apelante: J. B. I..

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Revisora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES.

Decisão: “A Câmara, por unanimidade, votou no sentido de CONHECER do recurso e DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO,



redimensionando a pena do réu, mantidas as demais disposições da sentença objurgada, nos termos do voto do Relator.”

49 - Apelação Criminal N.º 0010375-41.2021.8.06.0112 - 3ª Vara Criminal da Comarca de Juazeiro do Norte.

Apelante: Cicero Fábio Araújo Ribeiro.

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Revisora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES.

Decisão: “A Câmara, por unanimidade, votou no sentido de CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso do apelante, nos termos do voto do Relator.”

50 - Apelação Criminal N.º 0010791-48.2021.8.06.0293 - 1ª Vara da Comarca de Pacajus.

Apte/Apdo: Diego Moreira Maciel.

Advogada: Jacinta de França Souza Neta Reis (OAB/CE: 44769).

Advogado: Luís Cláudio da Silva Reis (OAB/CE: 46304).

Apte/Apdo: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Revisora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES.

Decisão: “A Câmara, por unanimidade, votou pelo CONHECIMENTO e DESPROVIMENTO dos recursos apelatórios apresentados pela defesa do réu Diego Moreira Maciel e pelo Ministério Público, nos termos do voto do Relator.”

51 - Apelação Criminal N.º 0042797-43.2023.8.06.0001 - 5ª Vara de Delitos de Tráfico de Drogas da Comarca de Fortaleza.

Apelante: PDV Comércio Seguros e Corretagem de Veículos Ltda (Paris Dakar Veículos),. Advogado: Márcio Rafael Gazzineo (OAB/CE: 23495).

Advogada: Francisca Sandrelle Jorge Lima (OAB/CE: 33976).

Advogado: Francisca Aléssia Vanessa Alencar da Costa (OAB/CE: 49321).

Advogado: Néelson Bruno do Rego Valença (OAB/CE: 15783).

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Revisora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES.

Decisão: “A Câmara, por unanimidade, votou no sentido de CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso da apelante, nos termos do voto do Relator.”

52 - Apelação Criminal N.º 0129372-64.2017.8.06.0001 - 2ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza.

Apelante: Ministério Público do Estado do Ceará.

Apelado: Alessandro Sousa de Assis.

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Revisora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES.

Decisão: “A Câmara, por unanimidade, votou no sentido de CONHECER do recurso, mas para NEGAR PROVIMENTO, mantendo a sentença vergastada em todos os seus termos, conforme o voto do Relator.”

53 - Apelação Criminal N.º 0181237-58.2019.8.06.0001 - Vara de Delitos de Organizações Criminosas da Comarca de Fortaleza.

Apelante: C. M. de O..

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Apelante: W. A. de S..

Advogado: Cícero Anderson Moraes Batista (OAB/CE: 35348).

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Revisora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES.

Decisão: “A Câmara, por unanimidade, votou no sentido de CONHECER o recurso de C. M. O., para DAR PARCIAL PROVIMENTO, alterando a pena de 18 (dezoito) anos e 05 (cinco) meses e 809 (oitocentos e nove) dias-multa, para 14 (quatorze) anos, 11 (onze) meses e 5 (cinco) dias de reclusão, mais 694 dias-multa. Assim como CONHECER do recurso de W. A. de S. para NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto do Relator.”

54 - Apelação Criminal N.º 0201704-92.2023.8.06.0300 - Vara Única Criminal de Aquiraz.

Apelante: Marcos Clécio Vasconcelos de Sousa.

Apelante: Francisca Eroneide da Silva Vasconcelos.

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Revisora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES.

Decisão: “A Câmara, por unanimidade, votou no sentido de CONHECER o recurso, para DAR PARCIAL PROVIMENTO, alterando as penas impostas, nos termos do voto do Relator.”

55 - Apelação Criminal N.º 0202298-58.2022.8.06.0101 - Vara Única Criminal de Itapipoca.

Apelante: G. A. de H..

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Revisora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES.

Decisão: “A Câmara, por unanimidade, votou no sentido de CONHECER e DAR PARCIAL PROVIMENTO ao recurso apelatório, a fim de (a) reduzir a pena imposta na origem para 1 (um) ano de reclusão e (b) fixar o regime inicial aberto, nos termos do voto do Relator.”

56 - Apelação Criminal N.º 0203021-57.2023.8.06.0064 - Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Caucaia.

Apelante: M. de P. da S..

Advogado: Pedro Henrique Vieira da Silva (OAB/CE: 42370)

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.



Revisora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES.

Decisão: “A Câmara, por unanimidade, votou no sentido de CONHECER do recurso para DAR PARCIAL PROVIMENTO, redimensionando a pena de 3 (três) anos de reclusão, 3 (três) meses de detenção e 30 dias-multa, para 2 (DOIS) ANOS 9 (NOVE) MESES DE RECLUSÃO, E 1 (UM) ANO E 26 DIAS DE DETENÇÃO E 30 DIAS-MULTA, mantendo também o regime inicial no semiaberto em razão da negativação das circunstâncias judiciais, em conformidade com o art. 33, §3, do Código Penal, nos termos do voto do Relator.”

57 - Apelação Criminal N.º 0203504-58.2023.8.06.0300 - 2ª Vara Criminal da Comarca de Maracanaú.

Apelante: Rafael Pereira da Silva.

Advogada: Paloma Gurgel de Oliveira Cerqueira Bandeira (OAB/CE: 37186A).

Advogada: Camila Miranda Vidigal (OAB/DF: 39398).

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Revisora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES.

Decisão: “A Câmara, por unanimidade, votou pelo CONHECIMENTO e PARCIAL PROVIMENTO do recurso, mantendo a condenação do réu quanto ao tipo penal do art. 12 da Lei nº 10.826/03, mas absolvendo-o da infração penal do art. 28 da Lei nº 11.343/06, nos termos do art. 386, inciso III, do CPP. DETERMINANDO a remessa de cópia dos autos aos Juizados Especiais Criminais para apurar o art. 28 da Lei de Drogas, cuja natureza é de ilícito administrativo, como fixado pelo STF no Tema 506. Comunicando-se imediatamente ao juízo da execução penal, nos termos do art. 1º, parágrafo único, da Resolução nº 113/2010 do Conselho Nacional de Justiça, nos termos do voto do Relator.”

58 - Apelação Criminal N.º 0203713-27.2023.8.06.0300 - 4ª Vara Criminal da Comarca de Caucaia.

Apelante: Ray Santos de Lima.

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Revisora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES.

Decisão: “A Câmara, por unanimidade, votou no sentido de CONHECER do recurso e DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, desclassificando a conduta para o crime previsto no art. 14 da Lei nº 10.826/03, fixando a pena no mínimo legal, 2 (dois) anos de reclusão e 10 (dez) dias-multa, substituída por duas restritivas de direito, devendo a detração penal ser realizada por ocasião da execução penal, mantidas as demais disposições da sentença objurgada, nos termos do voto do Relator.”

59 - Apelação Criminal N.º 0219151-83.2024.8.06.0001 - 15ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza.

Apelante: Mizael de Sousa Almeida.

Apelante: Marcílio de Sousa Almeida.

Advogado: Juciê de Oliveira Soares (OAB/CE: 34377).

Advogado: Matheus Lourenço Soares (OAB/CE: 43166).

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Revisora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES.

Decisão: “A Câmara, por unanimidade, votou no sentido de CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso, mantendo as disposições da sentença, nos termos do voto do Relator.”

60 - Apelação Criminal N.º 0222944-69.2020.8.06.0001 - 12ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza.

Apelante: A. F. de A..

Advogado: João Carlos de Lima Thomeny (OAB/CE: 27305).

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Revisora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES.

Decisão: “A Câmara, por unanimidade, votou no sentido de CONHECER e DAR PROVIMENTO ao recurso de apelação, absolvendo o réu A. F. de A. do crime previsto no art. 217-A, do CP c/c art. 226, II e art. 71, todos do Código Penal, nos termos do voto do Relator.”

61 - Apelação Criminal N.º 0227490-65.2023.8.06.0001 - 16ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza.

Apelante: Rafaela Nascimento Ibiapina.

Apelante: Francisca Flávia Sousa Melo.

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Revisora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES.

Decisão: “A Câmara, por unanimidade, votou no sentido de CONHECER o recurso, para NEGAR-LHE PROVIMENTO, ficando mantidas, *in totum*, as disposições da sentença, nos termos do voto do Relator.”

62 - Apelação Criminal N.º 0283267-69.2022.8.06.0001 - 9ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza.

Apelante: Wisley Rauan Gomes Rodrigues.

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Revisora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES.

Decisão: “A Câmara, por unanimidade, votou no sentido de CONHECER o recurso, para NEGAR-LHE PROVIMENTO, ficando mantidas, *in totum*, as disposições da sentença, nos termos do voto do Relator.”

63 - Agravo de Execução Penal N.º 0004080-44.2014.8.06.0108 - 3ª Vara de Execução Penal da Comarca de Fortaleza.

Agravante: F. C. G. da S..

Advogada: Jéssica Jénifer de Oliveira Alves (OAB/CE: 49571).

Agravado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Decisão: “A Câmara, por unanimidade, CONHECEU do presente agravo de execução, mas para NEGAR-LHE PROVIMENTO, mantendo a higidez da decisão atacada, nos termos do voto do Relator.”

64 - Agravo de Execução Penal N.º 8002501-03.2024.8.06.0001 - 2ª Vara de Execução Penal da Comarca de Fortaleza.

Agravante: João Victor Araújo da Silva.



Advogado: Thyago Alves de Souza Oliveira (OAB/CE: 30390).

Agravado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Decisão: “A Câmara, por unanimidade, votou no sentido de CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao agravo de execução, mantendo inalterada a decisão recorrida, nos termos do voto do Relator.”

65 - Recurso em Sentido Estrito N.º 0030186-24.2024.8.06.0001 - 3ª Vara do Júri da Comarca de Fortaleza.

Recorrente: Francisco Jean Carlos Nogueira Sales.

Advogada: Renata de Melo Lacerda (OAB/CE: 26991).

Recorrido: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Decisão: “A Câmara, por unanimidade, votou no sentido de CONHECER o recurso em sentido estrito, para DAR PROVIMENTO, impronunciando o réu Francisco Jean Carlos Nogueira Sales, bem como determinou a expedição do alvará de soltura em favor do recorrente mencionado a ser cumprido no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, com o devido registro no Banco Nacional de Monitoramento de Prisões (#BNMP) e com comunicação ao juiz de primeira instância, pondo-o em liberdade se por outro motivo não estiver preso, nos termos do art. 6º, caput e § 1º, da Resolução nº 417/2021 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), nos termos do voto do Relator.”

66 - Recurso em Sentido Estrito N.º 0203016-52.2022.8.06.0296 - 3ª Vara do Júri da Comarca de Fortaleza.

Recorrente: Diego Lopes da Silva.

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Recorrido: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Decisão: “A Câmara, por unanimidade, votou no sentido de CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso em sentido estrito, mantendo inalterada a decisão de pronúncia proferida pelo juízo de primeiro grau, nos termos do voto do Relator.”

67 - Apelação Criminal N.º 0005270-37.2017.8.06.0108 - Vara Única da Comarca de Jaguaruana.

Apelante: Ministério Público do Estado do Ceará.

Apelado: Francisco de Assis da Silva.

Advogado: José Edson Matoso Rodrigues (OAB/CE: 7869).

Relatora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES.

Decisão: “A Câmara, por unanimidade, votou no sentido de conhecer do recurso ministerial para denegar-lhe provimento, nos termos do voto da Relatora.”

68 - Recurso em Sentido Estrito N.º 0072273-10.2015.8.06.0001 - 3ª Vara do Júri da Comarca de Fortaleza.

Recorrente: Vilker Cavalcante da Silva.

Advogada: Maria de Fátima Freire de Sousa (OAB/CE: 8666).

Recorrido: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES.

Decisão: “A Câmara, por unanimidade, conheceu do recurso para denegar-lhe provimento, nos termos do voto da Relatora.”

69 - Recurso em Sentido Estrito N.º 0201907-94.2022.8.06.0298 - Vara Única da Comarca de Cruz.

Recorrente: José Vanderson Teixeira dos Santos.

Recorrente: Vanessa Costa Alves de Sá.

Advogado: Francisco Ari Alves de Moura (OAB/CE: 42568).

Advogada: Mônica Fernandes Portela (OAB/CE: 34139).

Recorrido: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES.

Decisão: “A Câmara, por unanimidade, conheceu parcialmente do recurso para, em sua extensão, denegar-lhe provimento, nos termos do voto da Relatora.”

70 - Recurso em Sentido Estrito N.º 0202588-87.2024.8.06.0300 - 2ª Vara do Júri da Comarca de Fortaleza.

Recorrente: F. A. R. de L..

Advogada: Ariel Silva de Amorim (OAB/CE: 44947).

Advogada: Jéssica Maria Rodrigues de Lima (OAB: 39292/CE).

Recorrido: Ministério Público do Estado do Ceará.

Assistente: A. S. da S..

Assistente: F. E. da S..

Advogado: Edy Marlen Celestino de Sousa (OAB/CE: 43448).

Relatora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES.

Decisão: “A Câmara, por unanimidade, conheceu do recurso para denegar-lhe provimento, nos termos do voto da Relatora.”

71 - Recurso em Sentido Estrito N.º 0262339-63.2023.8.06.0001 - 3ª Vara do Júri da Comarca de Fortaleza.

Recorrente: L. G. M. S..

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Recorrido: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES.

Decisão: “A Câmara, por unanimidade, conheceu do recurso para negar-lhe provimento, nos termos do voto da Relatora.”

72 - Recurso em Sentido Estrito N.º 0276858-77.2022.8.06.0001 - Vara de Delitos de Organizações Criminosas da Comarca de Fortaleza.

Recorrente: Ministério Público do Estado do Ceará.

Recorrido: Álisson Alves Nogueira.

Advogada: Jacqueline Chaves Bessa (OAB/CE: 21692).

Recorrido: Francisco José Simião Barros.

Advogado: José Eriverton Oliveira de Aguiar (OAB/CE: 43153).

Recorrido: Carlos Robert de Freitas Oliveira.

Recorrido: Wingleddy Caio de Oliveira Bastos.

Recorrida: Denise Maria Catunda de Sousa Menezes.

Recorrido: Nílson Ferreira de Sousa Filho.

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Relatora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES.



Decisão: “A Câmara, por unanimidade, julgou prejudicada a análise do mérito do recurso em sentido estrito ministerial, nos termos do voto da Relatora.”

73 - Apelação Criminal N.º 0000492-25.2018.8.06.0064 - 2ª Vara Criminal da Comarca de Caucaia.

Apelante: Adriano Costa da Silva.

Advogado: Paulo Sérgio Ripardo (OAB/CE: 16291).

Apelante: Sandro da Silva Pereira.

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relator: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA.

Revisora: Des. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu da presente Apelação Criminal, para DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, e redimensionar a pena imposta ao acusado Sandro da Silva Pereira para 04 (quatro) anos e 06 (meses), mais o pagamento de 25 (vinte e cinco) dias-multa, a ser cumprida em regime inicial semiaberto, em obediência ao art. 33, §2º, alínea “b” do Código Penal, e ao acusado Adriano Costa da Silva para 04 (quatro) anos e 06 (meses), mais o pagamento de 25 (vinte e cinco) dias-multa, a ser cumprida em regime inicial semiaberto, em obediência ao art. 33, § 2º, alínea “b”, do Código Penal, nos termos do voto do Relator.”

74 - Apelação Criminal N.º 0005514-30.2019.8.06.0064 - 4ª Vara Criminal da Comarca de Caucaia.

Apelante: Adielson Batista Queiroz.

Advogado: Paulo Landim de Macêdo Neto (OAB/CE: 44554).

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relator: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA.

Revisora: Des. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, declarou extinta a punibilidade de Adielson Batista Queiroz, em relação ao crime de posse irregular de arma de fogo, e conheceu da presente Apelação Criminal, para dar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator.”

75 - Apelação Criminal N.º 0010027-39.2024.8.06.0299 - 6º Núcleo Regional de Custódia e de Inquérito - Sede em Crateús.

Apelante: Ministério Público do Estado do Ceará.

Apelado: Antônio Felipe Martins Menezes.

Advogado: Ícaro Pacífico Félix França (OAB/CE: 41010).

Advogada: Rayanney Mourão Alves (OAB/CE: 31492).

Relator: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA.

Revisora: Des. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu da presente Apelação Criminal, para dar-lhe parcial provimento, deferindo apenas os pedidos de busca e apreensão domiciliar e de quebra de sigilo telefônico e telemático em desfavor do apelado, nos termos do voto do Relator.”

76 - Apelação Criminal N.º 0013652-73.2019.8.06.0035 - Vara Única Criminal de Aracati.

Apelante: Barraca da Lua Eireli - representada por Antônio José Costa do Nascimento.

Advogado: Leandro de Araújo Sampaio (OAB/CE: 32509).

Apelado: Victor Hannover Gouveia Barros.

Advogado: Paulo Napoleão Gonçalves Quezado (OAB/CE: 3183).

Advogada: Viviane Maria Diogo Diógenes Quezado (OAB/CE: 5241).

Advogado: Eduardo Diogo Diógenes Quezado (OAB/CE: 39742).

Relator: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA.

Revisora: Des. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, não conheceu da presente Apelação Criminal, nos termos do voto do Relator.”

77 - Apelação Criminal N.º 0015951-28.2022.8.06.0064 - 2ª Vara Criminal da Comarca de Caucaia.

Apelante: Francisco Herycles da Rocha Basílio.

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relator: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA.

Revisora: Des. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu da presente Apelação Criminal, para dar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator.”

78 - Apelação Criminal N.º 0043433-09.2023.8.06.0001 - 1ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza.

Apelante: Raimundo Valdeni Santana.

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relator: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA.

Revisora: Des. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do recurso, para DAR-LHE PROVIMENTO, determinando a restituição dos valores, em favor do apelante Raimundo Valdeni Santana, apreendidos no bojo do processo nº 0272506-42.2023.8.06.0001, devendo o Juiz de origem tomar as providências necessárias para o cumprimento desta decisão, com a maior brevidade, nos termos do voto do Relator.”

79 - Apelação Criminal N.º 0049187-39.2017.8.06.0001 - 8ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza.

Apelante: Ministério Público do Estado do Ceará.

Apelado: Rafael de Oliveira Domingues.

Advogado: Kaio Galvão de Castro (OAB/CE: 31507).

Relator: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA.

Revisora: Des. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, CONHECEU da presente Apelação Criminal, para DAR-LHE PARCAL PROVIMENTO, condenar o réu RAFAEL DE OLIVEIRA DOMINGUES pela prática do crime previsto no art. 12, da Lei nº 10.826/06, aplicando a pena de 01 (um) ano de reclusão, mais o pagamento de 10 (dez) dias-multa, substituindo-se que a pena privativa de liberdade por penas restritiva de direitos, a serem fixadas pelo Juízo da Execução Penal competente, nos termos do voto do Relator.”

80 - Apelação Criminal N.º 0053719-72.2021.8.06.0112 - Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da

Comarca de Juazeiro do Norte.

Apelante: D. N. T..

Advogado: Igor Bruno Quesado Alencar (OAB/CE: 18937).

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relator: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA.

Revisora: Des. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, CONHECEU do recurso, para DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, redimensionando a pena imposta na sentença para 01 (um) ano, 05 (cinco) meses e 15 (quinze) dias de detenção, além de 12 (doze) dias multa, nos termos do voto do Relator.”

81 - Apelação Criminal N.º 0167945-40.2018.8.06.0001 - 12ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza.

Apelante: B. S. de O..

Advogado: Paulo Napoleão Gonçalves Quezado (OAB/CE: 3183).

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Assistente/Ape: N. J. G. da R..

Advogado: Leandro Gomes da Rocha (OAB/CE: 48734).

Relator: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA.

Revisora: Des. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, CONHECEU do recurso, para NEGAR-LHE PROVIMENTO, nos termos do voto do Relator.”

82 - Apelação Criminal N.º 0200793-04.2023.8.06.0293 - 2ª Vara Criminal da Comarca de Quixadá.

Apelante: J. A. L. F..

Advogada: Jacinta de França Souza Neta Reis (OAB/CE: 44769).

Advogado: Luís Cláudio da Silva Reis (OAB/CE: 46304).

Apelante: J. E. A. de L..

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relator: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA.

Revisora: Des. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu parcialmente da Apelação Criminal de José Agostinho Lima Freitas, para na parte conhecida, dar-lhe provimento, e conheceu do recurso de José Edson Agostinho de Lima, para dar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator.”

83 - Apelação Criminal N.º 0202066-09.2023.8.06.0296 - 4ª Vara do Júri da Comarca de Fortaleza.

Apelante: Éwerton Jhordan Neris Soares.

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relator: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA.

Revisora: Des. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu da presente Apelação Criminal, para dar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator.”

84 - Apelação Criminal N.º 0203213-55.2023.8.06.0301 - 1ª Vara Criminal da Comarca de Crato.

Apelante: Gleicianne Alves da Silva.

Advogado: Ademir Correia de Alencar Júnior (OAB/CE: 29118).

Apelante: Joel Francisco Amorim Caselli de Sousa.

Advogado: Francisco Tadeu de Oliveira Costa Filho (OAB/CE: 45393A).

Apelado: Ministério Público Estadual.

Relator: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA.

Revisora: Des. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu da presente Apelação Criminal, para negar provimento ao recurso do réu, e dar parcial provimento ao recurso da ré, nos termos do voto do Relator.”

85 - Apelação Criminal N.º 0205323-36.2023.8.06.0298 - Vara Única Criminal de Itapipoca.

Apelante: Francisco Fhelipy dos Santos Meneses.

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relator: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA.

Revisora: Des. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, CONHECEU do recurso, para DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, apenas para redimensionar a pena imposta para 01 (um) anos e 09 (nove) meses de reclusão. nos termos do voto do Relator.”

86 - Apelação Criminal N.º 0220268-46.2023.8.06.0001 - 11ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza.

Apelante: Rafael Pinto Soares.

Advogado: José Jaírton Bento (OAB/CE: 32223).

Advogado: Paulo César Barbosa Pimentel (OAB/CE: 9165).

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relator: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA.

Revisora: Des. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu da presente Apelação Criminal, para dar-lhe parcial provimento, nos termos do voto do Relator.”

87 - Apelação Criminal N.º 0250479-65.2023.8.06.0001 - 18ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza.

Apelante: Luís Felipe Viana de Oliveira.

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relator: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA.

Revisora: Des. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, CONHECEU do presente recurso, para NEGAR-LHE PROVIMENTO, nos termos do voto do Relator.”

**88 - Apelação Criminal N.º 0265632-46.2020.8.06.0001 - 15ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza.**

Apelante: Tenório Teixeira de Sousa.

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relator: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA.

Revisora: Des. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, CONHECEU do recurso, para NEGAR-LHE PROVIMENTO, mantendo inalterada a sentença condenatória em todos os seus termos, nos termos do voto do Relator.”**89 - Apelação Criminal N.º 0269078-23.2021.8.06.0001 - 2ª Vara de Delitos de Tráfico de Drogas da Comarca de Fortaleza.**

Apelante: Fabrício Lima dos Santos.

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relator: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA.

Revisora: Des. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu da presente Apelação Criminal, para negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator.”**90 - Apelação Criminal N.º 0296531-56.2022.8.06.0001 - 2ª Vara de Delitos de Tráfico de Drogas da Comarca de Fortaleza.**

Apelante: Adriano Batista da Silva.

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relator: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA.

Revisora: Des. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, CONHECEU do apelo, para NEGAR-LHE provimento, nos termos do voto do Relator.”**91 - Agravo de Execução Penal N.º 0011341-80.2018.8.06.0153 - 4ª Vara de Execução Penal e Corregedoria dos Presídios da Comarca de Fortaleza (SEJUD 1º Grau).**

Agravante: Belarmino Bezerra de Paula Neto.

Advogada: Edirlândia Alves Magalhães (OAB/CE: 26709).

Agravado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relator: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA.**Decisão:** “A Turma, por unanimidade, CONHECEU do agravo em execução interposto, para NEGAR-LHE PROVIMENTO, mantendo a decisão agravada, nos termos do voto do Relator.”**92 - Recurso em Sentido Estrito N.º 0011149-35.2017.8.06.0137 - 1ª Vara da Comarca de Pacatuba.**

Recorrente: F. de A. de C. M. F.

Advogado: Luís Átila de Holanda Bezerra Filho (OAB/CE: 20694).

Recorrido: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relator: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA.**Decisão:** “A Turma, por unanimidade, CONHECEU E DEU PARCIAL PROVIMENTO ao recurso em sentido estrito, para, de ofício, impronunciar o recorrente Francisco de Assis de Castro Magno, em atenção ao art. 414, do Código de Processo Penal. Expeça-se e cumpra-se o contramandado de prisão em favor de Francisco de Assis de Castro Magno, com o devido registro no Banco Nacional de Monitoramento de Prisões (BNMP), salvo se por outro motivo estiver preso, nos termos do voto do Relator.”**93 - Recurso em Sentido Estrito N.º 0244426-34.2024.8.06.0001 - 2ª Vara de Delitos de Tráfico de Drogas da Comarca de Fortaleza.**

Recorrente: Ministério Público do Estado do Ceará.

Recorrida: Maria Gleiciane Costa Carvalho.

Advogado: Rafael Soares Moura (OAB/CE: 24806).

Advogado: Sandoval Francisco dos Santos (OAB/CE: 19207).

Relator: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA.**Decisão:** “A Turma, por unanimidade, CONHECEU do recurso, para NEGAR-LHE PROVIMENTO, mantendo a decisão que rejeitou a denúncia em todos os seus Termos, tudo em conformidade com o voto do Relator.”**94 - Apelação Criminal N.º 0009491-17.2015.8.06.0049 - 1ª Vara da Comarca de Beberibe.**

Apelante: Renato Carlos de Souza Filho.

Advogada: Laiane Mariele da Silva Freire (OAB/CE: 38866B).

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Des. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA.

Revisor: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do recurso interposto por Renato Carlos de Souza Filho, para DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, a fim de realizar decote na pena Decretada, nos termos do voto da Relatora.”**95 - Apelação Criminal N.º 0009649-19.2014.8.06.0175 - 1ª Vara da Comarca de Trairi.**

Apelante: Francisco Fernando Barbosa Sancho.

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Des. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA.

Revisor: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do recurso, para NEGAR-LHE PROVIMENTO, mantendo incólume a decisão proferida pelo Conselho de Sentença, em respeito à soberania dos veredictos, a qual restou amparada no acervo probatório coligido, nos termos do voto da Relatora.”**96 - Apelação Criminal N.º 0010168-61.2024.8.06.0298 - 5º Núcleo Regional de Custódia e de Inquérito - Sede em Sobral.**

Apelante: José Eduardo Alves Barroso.

Advogado: Niefson Bruno Oliveira Santos (OAB/CE: 27438).

Advogada: Taynara Freires Bastos (OAB/CE: 49861).

Advogada: Marília Paiva Valle (OAB/CE: 41626).

Advogado: Paulo Cauby Batista Lima (OAB/CE: 19849).

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Des. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA.



Revisor: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do recurso, para NEGAR-LHE PROVIMENTO, conforme manifestação da douda Procuradoria-Geral de Justiça, nos termos do voto da Relatora.”

97 - Apelação Criminal N.º 0036223-92.2012.8.06.0064 - 2ª Vara Criminal da Comarca de Caucaia.

Apelante: Maria das Graças de Menezes Azevedo.

Advogado: André Eugênio de Oliveira Quezado (OAB/CE: 25992).

Advogado: Natércia Maria dos Santos (OAB/CE: 42580).

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Des. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA.

Revisor: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do recurso interposto por Maria das Graças Menezes de Azevedo, para DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, a fim de adequar a pena-base ao mínimo legal, e reconhecer a modalidade de tráfico privilegiado, declarando extinta a punibilidade pelo crime de corrupção de menor, de ofício, em razão da sua prescrição, nos termos do voto da Relatora.”

98 - Apelação Criminal N.º 0051136-94.2021.8.06.0151 - 1ª Vara Criminal da Comarca de Quixadá.

Apelante: Valdécio Cândido Araújo.

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Des. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA.

Revisor: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, CONHECEU do recurso de Apelação Criminal interposto para DAR-LHE PROVIMENTO, a fim de reformar a sentença vergastada e absolver o apelante da imputação do crime previsto no art. 155, caput, do CP, nos termos do art. 386, III, do CPP, nos termos do voto da Relatora.”

99 - Apelação Criminal N.º 0063096-56.2017.8.06.0064 - Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Caucaia.

Apelante: Ministério Público do Estado do Ceará.

Apelado: W. S. P..

Advogado: José Humberto Carneiro (OAB/CE: 9858).

Advogado: Márcio Ferreira de Oliveira (OAB/CE: 37201).

Relatora: Des. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA.

Revisor: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do recurso interposto, para NEGAR-LHE PROVIMENTO, mantendo a Sentença absolutória nos seus próprios termos, tudo em conformidade com o voto da Relatora.”

100 - Apelação Criminal N.º 0180454-47.2011.8.06.0001 - 12ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza.

Apelante: R. S. B..

Advogado: Francisco José de Castro Gomes Dias (OAB/CE: 32559).

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Des. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA.

Revisor: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu PARCIALMENTE do recurso e, na extensão cognoscível, a fim de NEGAR-LHE PROVIMENTO, mantendo hígida a sentença recorrida por todos os fundamentos, nos termos do voto da Relatora.”

101 - Apelação Criminal N.º 0200410-97.2024.8.06.0064 - Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Caucaia.

Apelante: F. J. de H..

Advogado: Anderson Cardoso Dias de Sousa (OAB/CE: 37396).

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Des. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA.

Revisor: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do recurso interposto, para DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, para afastar a agravante relacionada ao fato de o crime ter sido cometido contra criança, pois a circunstância integra o elemento do tipo previsto no art. 217-A, do Código Penal, reajustando-se a pena, arbitrada em 22 (vinte e dois) anos e 02 (dois) meses de reclusão, em regime fechado, nos termos do voto da Relatora.”

102 - Apelação Criminal N.º 0200691-89.2022.8.06.0301 - Vara Única Criminal de Barbalha.

Apelante: José Feitosa Alencar.

Advogado: João Miguel Sampaio (OAB/CE: 45598).

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Des. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA.

Revisor: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do recurso, para NEGAR-LHE PROVIMENTO, consoante Parecer ministerial, mantendo a Sentença recorrida, nos termos do voto da Relatora.”

103 - Apelação Criminal N.º 0203478-66.2023.8.06.0298 - Vara Única da Comarca de Cariré.

Apelante: Darley José Ramos Silveira.

Advogado: Mairson Ferreira Castro (OAB/CE: 20026).

Advogada: Carina Braúna Bruno Sales (OAB/CE: 35485).

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Des. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA.

Revisor: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do recurso, para NEGAR-LHE PROVIMENTO, mantendo incólume a sentença prolatada, nos termos do voto da Relatora.”

104 - Apelação Criminal N.º 0204115-57.2022.8.06.0296 - 4ª Vara do Júri da Comarca de Fortaleza.

Apelante: Mateus Félix Matos.

Advogado: Ricardo Henrique Rodrigues Almeida (OAB/CE: 16408).

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Des. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA.



Revisor: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do recurso, para DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, a fim de modificar a pena aplicada, mantendo-se incólume, nos demais termos, a decisão proferida pelo Conselho de Sentença, em respeito à soberania dos veredictos, a qual restou amparada no acervo probatório coligido, nos termos do voto da Relatora.”

105 - Apelação Criminal N.º 0206848-42.2021.8.06.0001 - 5ª Vara do Juri da Comarca de Fortaleza.

Apelante: Anderson Nogueira Batista.

Advogado: João Francisco Farias da Costa (OAB/CE: 13047).

Advogado: Alexsandro de Souza Cunha (OAB/CE: 49666).

Apelante: Francisco Állison Lima Girão.

Advogada: Alessandra de Souza Carvalho (OAB/CE: 32039).

Advogado: Claudenir de Souza Nojosa (OAB/CE: 30709).

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Des. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA.

Revisor: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu dos recursos interpostos, para DAR PARCIAL PROVIMENTO ao pleito de Francisco Alison Lima Girão, a fim de modificar a pena-base aplicada, e alterar de ofício, o *quantum* da pena aplicada a Anderson Nogueira Batista mantendo-se, nos demais termos, incólume a decisão proferida pelo Conselho de Sentença, em respeito à soberania dos veredictos, a qual restou amparada no acervo probatório coligido, nos termos do voto da Relatora.”

106 - Apelação Criminal N.º 0214960-29.2023.8.06.0001 - 3ª Vara de Delitos de Tráfico de Drogas da Comarca de Fortaleza.

Apelante: Riquelme Alves Rios.

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Des. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA.

Revisor: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do recurso interposto, para DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, reajustando a pena que resultou em 05 (cinco) anos de reclusão, em regime inicial semiaberto, e 500 (quinhentos) dias-multa, pela prática do delito previsto no art. 33 da Lei nº 11.343/06, nos termos do voto da Relatora.”

107 - Apelação Criminal N.º 0220905-65.2021.8.06.0001 - 1ª Vara de Delitos de Tráfico de Drogas da Comarca de Fortaleza.

Apelante: José Zeloneide Gonçalves de Araújo.

Advogado: João Igor Furtado de Souza (OAB/CE: 32773).

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Des. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA.

Revisor: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do Recurso Apelarório e concedeu provimento parcial, com o reconhecimento da benesse do “tráfico privilegiado” e a reformulação da pena e de suas consequências legais, nos termos do voto da Relatora.”

108 - Apelação Criminal N.º 0239714-35.2023.8.06.0001 - 11ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza.

Apelante: Antônio Eliatan da Cruz.

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Des. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA.

Revisor: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do recurso interposto por Antônio Eliatan da Cruz, para NEGAR-LHE PROVIMENTO, a fim de manter a decisão proferida pelo juízo a *Quo*, nos termos do voto da Relatora.”

109 - Apelação Criminal N.º 0249831-22.2022.8.06.0001 - 3ª Vara de Delitos de Tráfico de Drogas da Comarca de Fortaleza.

Apelante: Fabiana da Conceição do Nascimento.

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Des. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA.

Revisor: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do recurso interposto por Fabiana da Conceição do Nascimento para DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, a fim de reconhecer a modalidade privilegiada do previsto no art. 33 da Lei nº 11.343/2006, nos termos do voto da Relatora.”

110 - Apelação Criminal N.º 0253022-41.2023.8.06.0001 - 5ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza.

Apelante: Francisco Faustino da Silva.

Apelante: Germano da Costa Sousa.

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Des. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA.

Revisor: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do recurso interposto, para NEGAR-LHES PROVIMENTO, mantendo integralmente a sentença prolatada, nos termos do voto da Relatora.”

111 - Recurso em Sentido Estrito N.º 0000142-28.2011.8.06.0211 - Vara Única da Comarca de Campos Sales.

Recorrente: Cicero Joaquim de Alencar.

Advogado: Luciano Veloso da Silva (OAB/CE: 13186).

Advogado: Erivando Bezerra de Lima Lavôr (OAB/CE: 35804).

Recorrido: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Des. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do recurso, para NEGAR-LHE PROVIMENTO, em consonância com o Parecer ministerial, mantida integralmente a decisão Recorrida, nos termos do voto da Relatora.”

112 - Habeas Corpus Criminal N.º 0633127-95.2024.8.06.0000 - Vara de Delitos de Organizações Criminosas da Comarca de Fortaleza

Impetrante: Lucas Cunha de Figueredo



Paciente: Isabel Crislene Rodrigues Veras Soares

Advogado: Lucas Cunha de Figueiredo

Advogado: José Jales de Figueiredo Júnior

Impetrado: Juiz de Direito da Vara de Delitos de Organizações Criminosas da Comarca de Fortaleza

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relatora: Des. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu parcialmente do *writ* impetrado para, na extensão cognoscível, DENEGAR a ordem requestada, nos termos do voto da Relatora.”

Em tempo: Sustentação Oral realizada pelo Dr. José Jales de Figueiredo Júnior, no tempo regimental, seguida de manifestação oral do douto Procurador de Justiça ratificando o parecer acostado aos autos.

113 - Apelação Criminal N.º 0203594-09.2022.8.06.0298 - Vara Única da Comarca de Bela Cruz.

Apelante: F. D. N..

Advogado: Claudinei Ricardo de Oliveira Trajano (OAB/CE: 34076).

Advogado: Paulo Napoleão Gonçalves Quezado (OAB/CE: 3183).

Advogado: Eduardo Diogo Diógenes Quezado (OAB/CE: 39742).

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Revisora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES.

Decisão: “A Câmara, por unanimidade, votou no sentido de CONHECER do recurso do F. D. N, para DAR PARCIAL PROVIMENTO, para remover apenas o valor de indenização fixado pelo magistrado de primeiro grau, mantendo a condenação pelo crime de estupro. Deixou de proceder com a detração haja vista que não resultará na alteração do regime inicial de cumprimento de pena, nos termos do voto do Relator.”

Em Tempo: Sustentação Oral realizada pelo Dr. Eduardo Diogo Diógenes Quezado, no tempo regimental, seguida de manifestação oral do douto Procurador de Justiça ratificando o parecer acostado aos autos.

114 - Apelação Criminal N.º 0200331-34.2022.8.06.0050 - Vara Única da Comarca de Bela Cruz.

Apte/Apdo: D. da S. A. S..

Advogado: Flávio Jacinto da Silva (OAB/CE: 6416).

Advogado: Miguel Pereira de Vasconcelos Filho (OAB/CE: 33673).

Apte/Apdo: Ministério Público do Estado do Ceará.

Assistente: E. C. de S..

Advogado: Luan Diones de Moraes (OAB/CE: 36682).

Relatora: Des. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA.

Revisor: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu dos Recursos Apelatários manejados e, quanto ao Recurso Defensivo, negou-lhe provimento e, quanto ao Recurso Ministerial, concedeu-lhe parcial provimento, com o recrudesimento da pena-base pelo desvalor da vetorial das “consequências do crime”, nos termos do voto da Relatora.”

Em tempo: Sustentação Oral realizada pelo Dr. Flávio Jacinto da Silva, no tempo regimental, seguida de manifestação oral do douto Procurador de Justiça ratificando o parecer acostado aos autos.

115 - Apelação Criminal N.º 0201049-65.2022.8.06.0168 - 1ª Vara da Comarca de Solonópole.

Apelante: F. J. B..

Advogado: Luís Sérgio Barros Cavalcante (OAB/CE: 8890).

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará. Ministério

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Revisora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES.

Decisão: “A Câmara, por unanimidade, votou no sentido de CONHECER o recurso e DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, nos termos do voto do Relator.”

Em Tempo: Sustentação Oral realizada pelo Dr. Luís Sérgio Barros Cavalcante, no tempo regimental, seguida de manifestação do douto Procurador de Justiça ratificando o parecer acostado aos autos.

116 - Habeas Corpus Criminal N.º 0634659-07.2024.8.06.0000 - 2º Núcleo Regional de Custódia e de Inquérito - Sede em Iguatu

Impetrante: Alanne Nayara Fernandes Martins

Impetrante: Jéferson Lima de Matos

Paciente: Anderson Rafael Pereira

Paciente: Ana Sheylane da Silva Carneiro

Advogada: Alanne Nayara Fernandes Martins

Advogado: Jéferson Lima de Matos

Impetrado: Juiz de Direito 2º Núcleo Regional de Custódia e de Inquérito - Sede em Iguatu

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relator: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu da presente ordem de *Habeas Corpus*, para concedê-la, substituindo a prisão preventiva do paciente e a prisão domiciliar da paciente, pelas medidas cautelares elencadas no art. 319, incisos I, IV e IX, do CPP, nos termos do voto do Relator”.

Em tempo: Sustentação Oral dispensada pelo Dr. Jéferson Lima de Matos, em razão da concessão da ordem.

117 - Habeas Corpus Criminal N.º 0634476-36.2024.8.06.0000 - Vara Única Criminal da Comarca de Tianguá

Impetrante: Alex Moura Marques

Impetrante: Flávia Vieira de Santana

Paciente: A. C. G. C.

Advogado: Alex Moura Marques

Advogada: Flávia Vieira de Santana

Impetrado: Juiz de Direito da Vara Única Criminal da Comarca de Tianguá

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relator: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu da presente ordem de *Habeas Corpus*, para denegá-la, nos termos do voto do Relator”.



Em tempo: Sustentação Oral realizada pelo Dr. Alex Moura Marques, no tempo regimental, seguida de manifestação do duto Procurador de Justiça ratificando o parecer acostado aos autos.

118 - Apelação Criminal N.º 0202340-92.2022.8.06.0300 - Vara Única Criminal de Eusébio.

Apelante: Victor Hugo Ibiapina da Silva.

Advogado: Elízio Moraes Baratta Monteiro (OAB/CE: 20969).

Apelante: Rikelme Souza Alexandre.

Advogado: Ari de Araújo Abreu Filho (OAB/CE: 34205).

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Des. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA.

Revisor: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu parcialmente dos Recursos Apelaórios manejados e, ao fim e nos trechos cognoscíveis, negou provimento a ambos, com a manutenção integral do Édito de 1º Grau, nos termos do voto da Relatora.”

Em tempo: Sustentação Oral realizada pelo Dr. Tibério Maciel Carvalho, no tempo regimental, seguida de manifestação oral do duto Procurador de Justiça ratificando o parecer acostado aos autos.

119 - Apelação Criminal N.º 0202717-20.2023.8.06.0303 - Vara Única Criminal de Russas.

Apelante: Leandro Rodrigues de Oliveira.

Advogado: Diego Silva Oliveira (OAB/CE: 47549).

Advogado: Francisco Roberto da Silva (OAB/CE: 48145).

Apelante: Natanael Rodrigues Rocha.

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relator: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA.

Revisora: Des. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, CONHECEU dos recursos, para DAR PROVIMENTO ao recurso do réu NATANAEL RODRIGUES ROCHA, absolvendo o acusado da imputação de ter praticado o delito previsto no art. 12, da Lei nº 10.826/2003, e DAR PARCIAL PROVIMENTO ao recurso do réu LEANDRO RODRIGUES DE OLIVEIRA, redimensionando a pena imposta ao sentenciado para 01 (um) ano e 01 (um) mês de reclusão, além de 01 (um) mês e 10 (dez) dias de detenção, e de 10 (dez) dias-multa, nos termos do voto do Relator”.

Em tempo: Sustentação Oral realizada pelo Dr. Francisco Roberto da Silva, no tempo regimental, seguida de manifestação do duto Procurador de Justiça ratificando o parecer acostado aos autos.

120 - Apelação Criminal N.º 0242641-76.2020.8.06.0001 - 12ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza.

Apelante: J. M. P.

Advogada: Lorena de Souza Monteiro (OAB/CE: 44286).

Advogada: Liliany da Costa Lima (OAB/CE: 35040).

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Des. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA.

Revisor: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, CONHECEU PARCIALMENTE do recurso para, na extensão cognoscível, NEGAR-LHE PROVIMENTO, mantendo hígida a sentença Recorrida, nos termos do voto da Relatora.”

Em tempo: Sustentação Oral prejudicada em razão da ausência da advogada - Dra. Lorena de Souza Monteiro.

Total de processos efetivamente julgados: 120.

PEDIDO DE VISTA:

01) - Adiado o julgamento da **Habeas Corpus Criminal N.º 0630929-85.2024.8.06.0000** de relatoria da Exma. Sra. Des. Lígia Andrade de Alencar Magalhães, vez que após anunciado o presente processo, o Eminent Desembargador Mário Parente Teófilo Neto, presidente da câmara, determinou seu adiamento para a próxima sessão ordinária híbrida de julgamento desta câmara, em razão das férias da Exma. Des. Lira Ramos de Oliveira.

02) - Adiado o julgamento do **Habeas Corpus Criminal N.º 0634129-03.2024.8.06.0000** de relatoria do Exmo. Sr. Des. Mário Parente Teófilo Neto, vez que após a realização de sustentação oral pelo Dr. Rogério Feitosa Carvalho Mota, seguida de manifestação oral do duto Procurador de Justiça, Dr. José Maurício Carneiro, o Eminent relator pediu vista dos autos para melhor exame da matéria, considerando as argumentações levantadas pelo patrono do paciente.

ADIADO:

01) - Adiado o julgamento do **Habeas Corpus Criminal N.º 0634379-36.2024.8.06.0000** de relatoria do Exmo. Sr. Des. Francisco Carneiro Lima, vez que após anunciado o presente processo, o Eminent Desembargador Relator determinou seu adiamento para a próxima sessão ordinária híbrida de julgamento desta câmara (15/10/2024).

02) - Adiado o julgamento da **Apelação Criminal N.º 0204131-68.2023.8.06.0298** de relatoria da Exma. Sra. Des. Lígia Andrade de Alencar Magalhães, vez que após anunciado o presente processo, o Eminent Desembargador Mário Parente Teófilo Neto, presidente da câmara, determinou seu adiamento para a próxima sessão ordinária híbrida de julgamento desta câmara, em razão das férias da Exma. Des. Lira Ramos de Oliveira – revisora do recurso.

03) - Adiado o julgamento da **Apelação Criminal N.º 0206115-05.2023.8.06.0293** de relatoria da Exma. Sra. Des. Lígia Andrade de Alencar Magalhães, vez que após anunciado o presente processo, o Eminent Desembargador Mário Parente Teófilo Neto, presidente da câmara, determinou seu adiamento para a próxima sessão ordinária híbrida de julgamento desta câmara, em razão das férias da Exma. Des. Lira Ramos de Oliveira – revisora do recurso.

04) - Adiado o julgamento da **Apelação Criminal N.º 0268707-88.2023.8.06.0001** de relatoria da Exma. Sra. Des. Lígia Andrade de Alencar Magalhães, vez que após anunciado o presente processo, o Eminent Desembargador Mário Parente Teófilo Neto, presidente da câmara, determinou seu adiamento para a próxima sessão ordinária híbrida de julgamento desta câmara, em razão das férias da Exma. Des. Lira Ramos de Oliveira – revisora do recurso.

05) - Adiado o julgamento da **Apelação Criminal N.º 0293502-95.2022.8.06.0001** de relatoria da Exma. Sra. Des. Lígia Andrade de Alencar Magalhães, vez que após anunciado o presente processo, o Eminent Desembargador Mário Parente Teófilo Neto, presidente da câmara, determinou seu adiamento para a próxima sessão ordinária híbrida de julgamento desta câmara, em razão das férias da Exma. Des. Lira Ramos de Oliveira – revisora do recurso.



06) - Adiado o julgamento da **Apelação Criminal N.º 0010287-16.2024.8.06.0300** de relatoria do Exmo. Sr. Des. Francisco Carneiro Lima, vez que após anunciado o presente processo, o Eminente Desembargador Relator determinou seu adiamento para a próxima sessão ordinária híbrida de julgamento desta câmara (15/10/2024).

07) - Adiado o julgamento da **Apelação Criminal N.º 0029034-14.2019.8.06.0001** de relatoria do Exmo. Sr. Des. Francisco Carneiro Lima, vez que após anunciado o presente processo, o Eminente Desembargador Relator determinou seu adiamento para a próxima sessão ordinária híbrida de julgamento desta câmara (15/10/2024).

RETIRADO DE MESA/PAUTA:

01) - Adiado o julgamento do **Habeas Corpus Criminal N.º 0634965-73.2024.8.06.0000** de relatoria do Exmo. Sr. Des. Mário Parente Teófilo Neto, vez que após anunciado o presente processo, o Exmo. Sr. Des. Mário Parente Teófilo Neto – relator do recurso, o retirou de mesa, em razão do seu julgamento monocrático.

02) - Adiado o julgamento da **Apelação Criminal N.º 0633819-94.2024.8.06.0000** de relatoria da Exma. Sra. Lígia Andrade de Alencar Magalhães, vez que após anunciado o presente processo, o Exmo. Sr. Des. Francisco Carneiro Lima – relator do recurso, o retirou de mesa.

03) - Adiado o julgamento dos **Embargos de Declaração Criminal N.º 0201167-05.2023.8.06.0298/50000** de relatoria do Exmo. Sr. Des. Francisco Carneiro Lima, vez que após anunciado o presente processo, o Exmo. Sr. Des. Francisco Carneiro Lima – relator do recurso, o retirou de mesa.

REGISTROS/CONSIGNAÇÕES

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão às 18h02min, do que para constar eu, César Augusto Rocha de Lima, matrícula 51791, digitei a presente ata. Subscribo e assino: _____ Larissa Sales Sacramento – Matrícula 51444 – Coordenadora da Primeira Câmara Criminal. Conforme: _____ Desembargador Mário Parente Teófilo Neto – Presidente da Primeira Câmara Criminal do E. Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

Bela. LARISSA SALES SACRAMENTO
Coordenadora da 1ª Câmara Criminal

ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
SECRETARIA DA 1ª CÂMARA CRIMINAL
Telefone: (85) 98238.9722 (whatsapp. Inativo para ligações)
E-mail: camcrim1@tjce.jus.br

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA N.º 37 DA PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL, EM 15 DE OUTUBRO DE 2024.

PRESIDÊNCIA: O Exmo Sr. Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO

COORDENADORA: Bela. Larissa de Sales Sacramento

PRESENTES: O Exmo Sr. Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO, a Exma. Sra. Desa. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES, o Exmo Sr. Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA e a Exma Sra. Desa. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA, bem como o Exmo. Sr. Dr. Alcides Jorge Evangelista - Procurador de Justiça do Estado do Ceará. Presente ainda o Exmo. Sr. Dr. Vicente Alfeu Teixeira Mendes – Defensor Público Estadual. Ausente a Exma. Sra. Desa. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA por se encontrar em gozo de férias. Após os cumprimentos de estilo, foi aberta a sessão às 14h05min, e, em seguida, aprovada, por unanimidade a Ata da Sessão Ordinária N.º 36 do dia 8 de outubro de 2024.

- JULGAMENTOS -

01 - Habeas Corpus Criminal N.º 0633451-85.2024.8.06.0000 - 3ª Vara de Execução Penal da Comarca de Fortaleza

Impetrante: Francisco Antônio Queiroz dos Santos

Paciente: Cristiano de Sousa Tavares

Advogado: Francisco Antônio Queiroz dos Santos

Impetrado: Juiz de Direito da 3ª Vara de Execução Penal da Comarca de Fortaleza

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO

Decisão: “A Câmara, por unanimidade, NÃO CONHECEU do *writ*, em decorrência da via eleita ser inadequada para matéria que trate de execução penal, nos termos do voto do Relator”.

02 - Habeas Corpus Criminal N.º 0634198-35.2024.8.06.0000 - 3º Núcleo Regional de Custódia e de Inquérito - Sede em Quixadá

Impetrante: Defensoria Pública do Estado do Ceará

Paciente: Francisco Fabrício de Matos Sousa

Impetrado: Juiz de Direito 3º Núcleo Regional de Custódia e de Inquérito - Sede em Quixadá

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO

Decisão: “A Câmara, por unanimidade, CONHECEU deste *habeas corpus*, mas para INDEFERIR a ordem, nos termos do voto do Relator”.

03 - Habeas Corpus Criminal N.º 0634502-34.2024.8.06.0000 - Vara Única da Comarca de Várzea Alegre

Impetrante: Francisco Jayson Gonçalves Lima

Paciente: Luan Pereira Bastos

Advogado: Francisco Jayson Gonçalves Lima

Impetrado: Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Várzea Alegre

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO

Decisão: “A Câmara, por unanimidade, NÃO CONHECEU do *writ*, em decorrência da via eleita ser inadequada para matéria